

NÃO SE CALE: A JORNADA DO PROMUSE CONTRA A VIOLÊNCIA DA MULHER EM NOVA ANDRADINA-MS (2018-2023)

Simone dos Santos¹

RESUMO: O presente artigo tem como temática abordar acerca da jornada do PROMUSE contra a violência das mulheres em Nova Andradina-MS entre os anos de 2018 a 2023. O objetivo é avaliar a implementação do Programa Mulher Segura (PROMUSE) em Nova Andradina, incluindo suas estratégias para reduzir a violência contra as mulheres. A metodologia utilizada será uma abordagem de pesquisa qualitativa como por exemplo, a utilização de revisão bibliográfica com autoras que discutem sobre a violência contra as mulheres, as políticas de combate à violência de gênero, dados documentais extraídos da internet, principalmente de órgãos governamentais que abordam sobre a violência contra as mulheres, além de discussões relacionadas ao Programa Mulher Segura (PROMUSE). A fim de obter resultados acerca da problemática de como o Programa Mulher Segura (PROMUSE) tem contribuído para reduzir a violência contra as mulheres na cidade e de que forma sua implementação e resultados podem ser avaliados para melhorar a eficácia das políticas de combate à violência contra as mulheres na região.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Nova Andradina. Mulheres. PROMUSE. Violência contra as mulheres.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a investigar o impacto do Programa Mulher Segura (PROMUSE) na redução da violência contra as mulheres em Nova Andradina no período de 2018 a 2023, bem como a avaliação das estratégias empregadas em sua implementação. Nesse contexto, é fundamental compreender de que forma as políticas de combate à violência contra as mulheres têm se desenvolvido na região e de que maneira o PROMUSE tem contribuído para essa transformação.

A violência contra as mulheres é uma questão de importância social, política e acadêmica que transcende fronteiras geográficas e culturais. No âmbito de Nova Andradina, no estado de Mato Grosso do Sul, o Programa Mulher Segura (PROMUSE) se destaca como uma iniciativa de combate à violência de gênero, cuja implementação e resultados se tornam objeto de análise neste estudo.

A metodologia adotada para alcançar os objetivos propostos baseia-se em uma abordagem de pesquisa qualitativa, que inclui revisão bibliográfica com foco em autores/as que discutem a temática da violência contra as mulheres, análise de dados documentais provenientes de fontes governamentais, por meio de uma discussão

¹ Acadêmica do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Nova Andradina.

crítica da eficácia do Programa Mulher Segura (PROMUSE) no enfrentamento da violência de gênero

Para tanto, aborda acerca da importância do PROMUSE e sua aplicabilidade no contexto específico de Nova Andradina, logo, contribuindo para o fortalecimento das políticas de combate à violência contra as mulheres na região e, potencialmente, em outras localidades que buscam desenvolver estratégias semelhantes.

FATORES SOCIAIS E CULTURAIS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Ao refletir sobre as raízes históricas da violência contra as mulheres no Brasil compreendemos que desde os primórdios da colonização, a sociedade brasileira foi marcada por profundas desigualdades de gênero, resultando na influência do patriarcado europeu e nas dinâmicas sociais específicas do país. A violência contra as mulheres, nesse contexto, teve múltiplas manifestações, incluindo a violência doméstica, a exploração sexual, o estupro e o assédio.

A escravidão também trouxe uma série de abusos contra as mulheres negras, que eram exploradas sexualmente pelos senhores de escravos e muitas vezes separadas de suas famílias. A violência contra as mulheres, portanto, estava intrinsecamente ligada à estrutura de poder da sociedade colonial brasileira.

Essa invisibilidade da violência contra as mulheres na historiografia colonial brasileira, em sua maioria, negligenciou a questão da violência contra as mulheres. Isso se deve, em parte, à predominância de uma perspectiva masculina na escrita histórica da época, que priorizou os feitos dos homens brancos e suas conquistas. Além disso, as fontes históricas da época disponíveis como documentos oficiais e registros de viagem, na maioria das vezes não incluem relatos detalhados sobre a violência contra as mulheres. Estacheski (2019) cita:

Instituiu-se uma ideia de que as mulheres precisavam de proteção masculina, da figura do pai ou do marido para lhes dar sustento, moradia e a possibilidade de cumprirem a tarefa considerada essencial de suas vidas para tornarem-se esposas e mães. (Estacheski, 2019, p. 76).

Isso resultou na construção de uma narrativa histórica que não refletia a realidade das mulheres no Brasil colonial e contribuiu para a invisibilidade desse problema. Pedro e Grossi (1998) expõem:

Desta forma, as mulheres passaram a ser confinadas ao doméstico: à família e ao cuidado dos filhos. Tal confinamento da mulher ao espaço privado, como muitos estudos do campo da História Social mostram, não se deu de um dia para outro, nem sem conflitos. No entanto, o confinamento das mulheres ao espaço doméstico permitiu e legitimou a violência masculina no âmbito da conjugalidade. (Pedro; Grossi, 1998, p. 208).

No século XIX, com o avanço da educação formal e a emergência de uma classe média letrada, surgiram os primeiros registros de violência contra as mulheres no Brasil. Escritoras e intelectuais, influenciadas pelas ideias iluministas e pelos movimentos feministas europeus, começaram a abordar a questão da violência de gênero em seus escritos. A virada do século XX trouxe o surgimento do movimento feminista no Brasil, que desempenhou um papel fundamental na visibilidade da violência contra as mulheres. Del Priore (2004) argumenta:

A análise do caráter multiforme da violência que incidia sobre as mulheres pobres e das respostas por ela encontradas para fazer face às mazelas do sistema ou dos agentes de sua opressão é fundamental. Cabe considerar não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero; esses aspectos se cruzam na maioria das situações. (Del Priore, 2004, p.363).

A historiografia brasileira começou a incorporar uma perspectiva de gênero em suas análises. Historiadoras como Mary Del Priore ao investigar sobre as experiências das mulheres, na história do Brasil, obtiveram fontes documentadas sobre a violência de gênero em suas pesquisas. Corroborando com tal argumento, Del Priore (2004) afirma:

Com base no comportamento feminino dos segmentos médios e elevados, acresce em relação às mulheres as prescrições dos juristas acerca da impropriedade de uma mulher honesta sair só. Coadunava-se tal norma com a proposta burguesa, referendada pelos médicos, sobre a divisão de esferas que destinava às mulheres o domínio da órbita privada e aos homens, o da pública. Embora as mulheres mais ricas fossem estimuladas a freqüentar as ruas em determinadas ocasiões, nos teatros, casas de chá, ou mesmo passeando nas novas avenidas, deveriam estar sempre acompanhadas. (Del Priore, 2004, p. 365).

Essa virada na historiografia contribuiu para uma compreensão mais profunda das raízes históricas da violência contra as mulheres e de sua persistência ao longo do tempo. De acordo com Estacheski (2019):

A sociedade ocidental elaborou o discursos que promoveram a diferença entre homens e mulheres de uma forma hierarquizada, para eles, historicamente, foi estabelecida a maior permissividade, desde que dentro de uma lógica heteronormativa de comportamento e para elas maior regramento, principalmente ao se tratar de relações conjugais e familiares. (Estacheski, 2019, p. 76).

Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a violência política de gênero se tornou uma preocupação importante. Mulheres envolvidas em movimentos de resistência política muitas vezes foram alvo de tortura e abuso sexual por parte das forças de segurança do Estado. No entanto, esta forma específica de violência foi discutida na historiografia da época, devido à repressão política e à censura. Corroborando com tais abordagens Vieira (2014) expõe:

Por sua vez, a ditadura impôs o controle da natalidade por meio da Bemfam-Sociedade do Bem Estar da Família, o que levou milhões de mulheres a serem esterilizadas. O governo militar assumiu um caráter ambíguo: mantinha uma postura oficial de não intervencionismo na vida reprodutiva. Mas na prática abria caminhos, com subsídios e facilidades substanciais para ações antinatalistas, com acordos entre as secretarias de saúde e a Bemfam nos diversos estados brasileiros, priorizando os mais pobres, impondo a esterilização em massa. Os serviços públicos de saúde não ofereciam sequer informação e muito menos orientação quanto ao uso dos meios contraceptivos. Esta postura contribuiu enormemente para a expansão das esterilizações femininas. (Vieira, 2014, p.115).

Foi somente nas décadas seguintes, com o processo de redemocratização e a abertura de arquivos militares, que as histórias das mulheres que foram vítimas de violência política de gênero começaram a emergir. Historiadoras e pesquisadoras, realizaram estudos detalhados sobre esses casos e desenvolveram para a compreensão das dimensões do gênero da Ditadura Militar no Brasil. Nessa perspectiva Vieira (2014) afirma:

Quero lembrar que participei ativamente desses três momentos históricos que hoje, têm sido lembrados nos eventos dedicados aos “50 anos do golpe militar”. Eu pertenci ao Partido Comunista desde meus 15 anos de idade e em 1964, estava com 19 anos quando houve o golpe militar. Era uma trabalhadora da Cia siderúrgica Mannesmann situada no barreiro de baixo, na grande Belo Horizonte. Fui perseguida durante os anos de ditadura, vivi por quase oito anos na clandestinidade, fui presa, torturada juntamente com toda minha família. (Vieira, 2014, p. 112).

Nesse contexto podemos compreender os desafios contemporâneos na abordagem da violência contra as mulheres. Atualmente, a violência contra as mulheres continua a ser um problema persistente no Brasil. Apesar dos avanços legais e das campanhas de conscientização, as taxas de violência doméstica, feminicídio e assédio sexual ainda são alarmantes. A historiografia contemporânea tem o desafio de abordar a violência de gênero de maneira mais aprofundada, considerando as complexas intersecções entre raça, classe e gênero. De acordo com Vargas e Wambier (2016):

Ser mulher e negra numa sociedade escravista era muito difícil. Elas estavam à mercê de todo tipo de violência; tiveram que enfrentar a crueldade da escravidão, o governo, a opressão dos homens, não só dos seus senhores, mas também de companheiros violentos ou mesmo homens que viam nelas uma forma de atingir seus objetivos (usando o trabalho das mulheres negras para comprar sua liberdade, para sustentá-los, entre outros) e não mediam esforços para alcançá-los. (Vargas; Wambier, 2016, p. 05).

Tais reflexões sobre a violência contra as mulheres ao longo da historiografia brasileira revela a evolução do campo de estudo e a crescente importância dada a essa questão. Logo, identificamos que a violência de gênero é uma característica complexa, enraizada em estruturas sociais, culturais e econômicas profundamente enraizadas. A historiografia brasileira tem desempenhado um papel crucial na documentação das experiências das mulheres e na denúncia dessa violência, contribuindo para a conscientização pública e para a promoção de políticas e ações que visam enfrentá-la.

A CONTRIBUIÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NA REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

A Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, representa um marco importante na luta contra a violência doméstica e familiar no Brasil. A eficácia e a contribuição dessa legislação para a redução dos casos de violência contra as mulheres no país abrange os principais aspectos da lei, desde a sua implementação, bem como os desafios e avanços ao longo dos anos.

Além disso, identificamos as perspectivas críticas e as limitações da Lei Maria da Penha em relação ao combate à violência de gênero. De acordo com Estacheski (2019):

Representa um avanço na luta contra a impunidade de agressores e apresenta mecanismos que seriam fundamentais para a promoção de vida digna para muitas mulheres que passam por situações lamentáveis em seu cotidiano. Digo "seriam", porque a efetiva implementação do que está disposto na lei não ocorre em todos os municípios. (Estacheski, 2019, p. 82).

A violência contra as mulheres é um problema global que persiste há séculos. No Brasil, essa questão também se mantém como um desafio complexo e profundamente enraizado.

Em 2006, o país deu um passo importante ao promulgar a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), uma legislação pioneira que visa combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Esta lei representa uma resposta significativa a uma realidade alarmante de abusos e agressões sofridas por mulheres no âmbito doméstico e afetivo. Estacheski (2019) argumenta:

A lei incentiva a criação de serviços especializados de atendimento às mulheres, delegacias especializadas, centros de apoio, defensoria especializada, serviços de abrigamento e saúde. Na maioria dos municípios isso não existe. Tudo esbarra na falta de recursos financeiros, mas também humanos. É preciso haver interesse para a promoção de políticas públicas que combatam a violência doméstica e promovam a autonomia de mulheres. (Estacheski, 2019, p. 82).

Podemos observar que apesar da implementação da Lei Maria da Penha contribuir para a redução dos casos de violência contra as mulheres no Brasil, identificamos a permanência de desafios e progressos associados à sua implementação. Apesar de seus avanços, a legislação ainda enfrenta obstáculos na busca por uma sociedade mais igualitária e segura para as mulheres.

Ao observar os aspectos fundamentais acerca da Lei Maria da Penha compreendemos que ela é uma legislação ampla e complexa que visa a prevenção e proteção da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Seus principais aspectos incluem a definição ampla de violência na qual a lei abrange diversas formas de violência, incluindo física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, logo, reconhecendo que a violência contra as mulheres não se limita às agressões físicas.

A Lei Maria da Penha define as formas de violência doméstica destacando as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Infelizmente muitas mulheres foram educadas a pensar que abusos verbais, morais e psicológicos fazem parte de relacionamentos e não os encaram como violência. As agressões que ocorrem na família são ainda pouco denunciadas e na maioria dos casos em que a denúncia ocorre é porque as agressões

físicas chegaram a um ponto insuportável e não mais possível de esconder. (Estacheski, 2019, p. 84).

A legislação prevê a aplicação de medidas protetivas de urgência para as vítimas, como a proibição do agressor de se aproximar da vítima e a concessão de medidas que garantam a integridade física e psicológica da mulher. Segundo Pedro e Grossi (1998):

A maior parte das análises e explicações do fenômeno tendem a privilegiar aspectos sócio-econômicos como a pobreza, as desigualdades sociais entre homens e mulheres, a dificuldade das mulheres de acesso ao mundo do trabalho e sua exploração nele, etc. (Pedro; Grossi, 1998, p. 294).

Nesse cenário, ocorre o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, composto por equipes multidisciplinares e atenção especializada aos casos de violência. Outro aspecto que devemos destacar é o agravamento das penas, a Lei Maria da Penha prevê o agravamento das penas para os agressores em casos de violência doméstica, tornando o sistema de justiça mais específico na proteção desses crimes.

Nesse contexto, a implementação e os avanços da Lei Maria da Penha desde sua promulgação tiveram avanços significativos na luta contra a violência doméstica no Brasil. Alguns dos principais avanços e impactos dessa inclusão na legislação foi que a Lei Maria da Penha contribuiu para uma maior conscientização da sociedade brasileira sobre a gravidade da violência doméstica. As campanhas de sensibilização e educação foram realizadas para informar as pessoas sobre seus direitos e os recursos disponíveis. Na perspectiva de Campos:

Eles ignoram, por exemplo, que as inúmeras denúncias nas delegacias são tentativas de confiar no sistema legal e fazem parte do processo de ruptura do denominado ciclo da violência doméstica. A mulher agredida não é uma mulher irracional, que não sabe o que quer. É uma mulher que está buscando, por meio de vários mecanismos, mudar a situação de violência. Como consequência, o tratamento jurídico dispensado a estes casos será fundamental para a mudança da situação e para a confiabilidade futura no sistema. (Campos, 2007, p. 146).

O aumento das denúncias impactou na criação de canais de denúncia e no fortalecimento da rede de proteção à mulher, assim resultando no aumento das denúncias de casos de violência doméstica. As vítimas têm se sentido mais encorajadas a buscar ajuda. Segundo Couto:

O Projeto de Lei 4559 começou a tramitar no Congresso Nacional em dezembro de 2004 e, após dois anos e diversas discussões acerca das disposições legais previstas, foi sancionada a Lei n. 11.340/2006, que passou a ser chamada de “Lei Maria da Penha” a fim de proporcionar uma reparação simbólica à Maria da Penha Fernandes. A Lei representou e representa um momento emblemático de participação do movimento de mulheres na seara legislativa e política do Brasil. (Couto, 2016, p. 57).

A aplicação de medidas protetivas contribuiu para a redução da impunidade e o agravamento das penas têm contribuído para reduzir a impunidade dos agressores, tornando a legislação um instrumento mais eficaz na proteção e atenção às vítimas. Um outro fator é a melhoria na atenção às vítimas, nessa perspectiva, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher desempenham um papel fundamental na melhoria da atenção às vítimas, assim, proporcionando um ambiente mais acolhedor e especializado.

A Lei Maria da Penha também estimulou a pesquisa acadêmica sobre violência de gênero no Brasil, fornecendo dados e análises que contribuem para uma compreensão mais profunda do problema. Apesar dos avanços significativos, a Lei Maria da Penha ainda enfrenta desafios importantes como a subnotificação de casos de violência que ainda é um problema sério. Muitas mulheres ainda têm medo de denunciar seus agressores, seja por ameaças ou por falta de confiança no sistema de justiça.

Outro fato é que apesar da implementação eficaz da Lei Maria da Penha, ela ainda é inconsistente em todo o país. Em algumas regiões, faltam recursos e estrutura para lidar com os casos de violência de maneira adequada. Na perspectiva de Couto:

Quanto à possibilidade de fazer uso do conhecimento da Lei Maria da Penha, é preciso avaliar se a informação a respeito da existência da lei contempla seu real objeto e se este objeto é reconhecido como uma demanda efetiva da comunidade em que a mulher está inserida. Ainda que a violência contra a mulher seja uma realidade que incomode e fira a subjetividade de diversas vítimas, é possível que as ofendidas não vislumbrem possibilidades de publicização das agressões devido à ausência de instituições para amparar as mulheres. Essa situação reflete uma das facetas da violência institucional contra as vítimas de agressões domésticas e familiares, uma vez que a elas é negada a possibilidade de libertarem-se de uma vida com violência. (Couto, 2016, p. 76).

A cultura patriarcal e o machismo persistem como desafios profundos no Brasil, isso contribui para a perpetuação da violência contra as mulheres. Mudar essas estruturas sociais é um processo lento e complexo. Nesse caso, a falta de integração entre políticas de prevenção, atendimento e deficiência dificulta a eficácia da

legislação. É fundamental que haja uma abordagem coordenada entre diferentes esferas do governo e organizações da sociedade civil.

É importante promover campanhas de conscientização que desafiam os estereótipos de gênero e promovam relações igualitárias. Para Couto (2016) a Lei n. 11.340/2006 é apresentada como "[...] símbolo máximo da luta contra a violência doméstica no Brasil. Porém, por tratar-se de uma iniciativa legislativa, requer uma densa rede institucional [...]". Portanto, é fundamental investir em programas educacionais que promovam a igualdade de gênero, o respeito mútuo e a não tolerância à violência desde cedo. Isso pode ajudar a transformar as normas culturais que perpetuam a violência.

O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM NOVA ANDRADINA

Nova Andradina, localizada no estado do Mato Grosso do Sul, é uma cidade que reflete muitos dos desafios enfrentados no Brasil em relação à violência de gênero. Nesse contexto, é fundamental compreender os fatores que contribuem para a persistência desse problema e as iniciativas que estão sendo tomadas para combatê-lo.

A violência de gênero em Nova Andradina, como em muitos outros lugares, assume diversas formas, incluindo a violência doméstica, o assédio sexual, o feminicídio e a discriminação de gênero. Essas manifestações são alimentadas por uma série de fatores, como a desigualdade de gênero, a cultura machista e a falta de conscientização. De acordo com Couto (2016):

É preciso lembrar que o tema de que tratamos chama-se violência doméstica não somente pelo tipo de espaço no qual as agressões se dão, mas pelo vínculo afetivo ou de confiança que advém de relações domésticas, seja em relacionamentos presentes (marido e mulher, namorado e namorada) ou em relacionamentos em que o convívio doméstico já existiu, mas não mais persiste. (Couto, 2016, p. 30)

A desigualdade de gênero, que se traduz em disparidades sociais, econômicas e políticas entre homens e mulheres, contribui para a perpetuação da violência de gênero em Nova Andradina. Mulheres frequentemente enfrentam obstáculos para acessar recursos e oportunidades, tornando-as mais vulneráveis à violência. Além

disso, a cultura machista presente na sociedade pode normalizar e até mesmo justificar a violência contra as mulheres.

No entanto, é importante destacar que Nova Andradina também é palco de esforços significativos para enfrentar a violência de gênero. Grupos de mulheres e instituições locais têm trabalhado para promover a conscientização sobre os direitos das mulheres, oferecer apoio às vítimas e pressionar por mudanças nas políticas públicas.

A campanha "Não se Cale" idealizada em 2016, foi implementada através da Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPPM):

"Agosto Lilás" é uma campanha de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, instituída por meio da Lei Estadual nº 4.969/2016, com objetivo de intensificar a divulgação da Lei Maria da Penha, sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre o necessário fim da violência contra a mulher, divulgar os serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência e os mecanismos de denúncia existentes. (SPPM).

A implementação da Lei Maria da Penha, por exemplo, tem sido um passo importante na proteção das mulheres em Nova Andradina. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher têm contribuído para a aplicação da lei e a prestação de assistência às vítimas. Além disso, campanhas de conscientização têm buscado desafiar os estereótipos de gênero e promover a denúncia de casos de violência. O PROMUSE - Programa Mulher Segura é um programa da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído por meio da Portaria PMMS nº 032/2018, que faz monitoramento e proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar².

Embora haja desafios significativos a serem enfrentados, é evidente que a cidade de Nova Andradina está empenhada em combater a violência de gênero e promover a igualdade entre homens e mulheres. A conscientização pública, o apoio às vítimas e a colaboração entre diversos setores da sociedade são elementos fundamentais para criar um ambiente seguro e igualitário para todas as pessoas, independentemente de seu gênero.

² PROMUSE - Programa Mulher Segura. Disponível: <https://www.naosecale.ms.gov.br/promuse>
Acesso em 27 set. 2023.

A superação da violência de gênero em Nova Andradina requer o esforço conjunto de toda a comunidade, e os passos já dados demonstram que a cidade está no caminho certo para enfrentar esse desafio complexo.

Sendo assim, o contexto da violência de gênero em Nova Andradina reflete muitos dos desafios enfrentados em todo o Brasil e em diversas partes do mundo. Segundo Couto (2016, p. 31): "Apesar desse reconhecimento, nota-se que boa parte dos feminicídios íntimos cometidos no Brasil advém de práticas continuadas e acentuadas de violência física contra a mulher". A persistência da violência de gênero na cidade é enraizada em fatores como desigualdade de gênero, cultura machista e falta de conscientização.

A implementação da Lei Maria da Penha e a presença de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher representam passos importantes na proteção das mulheres em Nova Andradina. Além disso, as campanhas de conscientização e o trabalho de organizações locais estão ajudando a desafiar as normas de gênero e o incentivo à denúncia de casos de violência.

Com esforços contínuos e ação conjunta, a cidade pode se tornar um exemplo de como a igualdade de gênero e a segurança das mulheres podem ser promovidas em toda a sociedade, construindo um ambiente mais seguro e justo para todas as pessoas, independentemente de seu gênero.

No ano de 2018, Nova Andradina, como muitas outras cidades brasileiras, enfrenta desafios significativos relacionados à violência de gênero. Nesse período, antes da criação do Programa Mulher Segura, a cidade refletia as tendências e preocupações nacionais no que diz respeito à violência contra as mulheres. A violência contra as mulheres se manifestou em Nova Andradina de diversas formas, incluindo violência doméstica, assédio sexual, agressões físicas e até feminicídios. A falta de um sistema coordenado de combate à violência de gênero contribui para a persistência desses casos.

Um dos principais desafios era a subnotificação dos casos de violência, pois muitas mulheres não denunciavam os abusos por medo, vergonha ou falta de confiança no sistema de justiça. Isso resultou em uma lacuna significativa entre os casos de violência relatados e os casos ocorridos registrados pelas autoridades. Corroborando com tais abordagens Couto (2016, p. 54): "que a emergência dos Juizados Especiais Criminais mostrou-se muito mais danosa do que bem sucedida no

que tange ao oferecimento de acolhimento jurídico às vítimas de violência doméstica". Sendo assim, a falta de recursos destinados ao enfrentamento da violência de gênero também era uma preocupação. Abrigos e serviços de apoio às vítimas eram escassos, logo, dificultando a busca de ajuda por parte das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Como em muitas regiões do Brasil, Nova Andradina enfrentou a persistência de uma cultura machista que normalizou a violência contra as mulheres. Estereótipos de gênero abrangentes e a falta de conscientização pública contribuíram para a perpetuação desse problema. As instituições locais, incluindo o sistema de justiça, muitas vezes enfrentam desafios na abordagem dos casos de violência de gênero. A falta de capacitação específica e de estruturas adequadas tornava difícil a proteção das vítimas e a resiliência dos agressores.

É importante ressaltar que, apesar desses desafios, muitas mulheres e grupos locais em Nova Andradina já se engajaram ativamente na luta contra a violência das mulheres antes da criação do Programa Mulher Segura.

Organizações não governamentais, grupos de mulheres e profissionais comprometidos trabalharam para oferecer apoio às vítimas e promover a conscientização sobre os direitos das mulheres. No entanto, a criação do PROMUSE em 2018 representou um marco importante na abordagem da violência de gênero em Nova Andradina. Esse programa trouxe uma série de iniciativas coordenadas para enfrentar a violência doméstica e familiar contra as mulheres, incluindo o fortalecimento da rede de apoio, a promoção da denúncia, a capacitação de profissionais e a conscientização pública.

A criação do PROMUSE em 2018 marcou um ponto de virada na abordagem da violência de gênero em Nova Andradina. Algumas das principais ações e impactos desse programa incluem trabalhar o fortalecimento da rede de apoio às vítimas de violência de gênero. Abrigos, centros de atendimento e serviços de assistência jurídica foram aprimorados e ampliados para garantir que as mulheres em situação de vulnerabilidade possam acessar ajuda quando necessário.

NOVA ANDRADINA: OS DESAFIOS RELACIONADOS AOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ANTES DE 2018

Antes da criação do Programa Mulher Segura (PROMUSE) em 2018, a região de Nova Andradina enfrentava uma série de desafios relacionados à violência de gênero. Os dados e estatísticas sobre casos de violência do gênero antes desse período fornecem uma visão da magnitude do problema e das áreas que precisam de intervenção.

A violência doméstica e familiar era uma questão grave na região. Casos de agressão física, psicológica e sexual ocorriam em muitas famílias, muitas vezes passando por desespero devido ao estigma e ao medo de denunciar. Assim como ocorre em outras regiões do Brasil, um desafio significativo foi a subnotificação de casos de violência. Muitas vítimas não denunciavam seus agressores, seja por medo de represálias, vergonha ou falta de confiança no sistema de justiça. Isso resultou em uma lacuna significativa entre os casos de violência relatados e os casos eventualmente registrados. Barros (2021):

O Mapa do Feminicídio, divulgado em junho desse ano, apresentou um balanço das mortes violentas contra mulheres, que ocorreram entre os anos de 2015 a 2019 no estado de Mato Grosso do Sul. No Estado do Mato Grosso do Sul foi registrado um aumento de casos de feminicídio nos últimos 5 anos ocupando o 3º.lugar no Brasil devido ao número de ocorrências com uma taxa de 2,6% por mil mulheres/habitantes. No total foram 140 consumado e 318 tentados [...] (Barros, 2021, p. 13).

A região enfrentava uma carência de recursos destinada ao enfrentamento da violência de gênero. Abrigos e serviços de apoio às vítimas eram escassos, tornando difícil para as mulheres em situação de vulnerabilidade encontrar ajuda e proteção. Normas de gênero interpessoais e estereótipos contribuíram para a normalização da violência contra as mulheres. de acordo com Barros (2021, p. 14) destaca “Os casos de violência doméstica de 2015/2019 são os crimes com maior proporção, em uma média de aproximadamente 50 casos de registrados ao dia no estado nos anos de 2015 a 2019”. Além disso, as instituições locais, incluindo o sistema de justiça, muitas vezes enfrentam desafios na abordagem dos casos de violência de gênero.

Conforme aponta o Mapa do Feminicídio (2020): “[...]. A violência doméstica é cruelmente democrática e atinge mulheres de todas as idades, de todos os credos, de diferentes níveis sociais e educacionais”. A falta de capacitação específica e de

estruturas apropriadas tornavam difícil a proteção das vítimas e a tolerância dos agressores. Antes de 2018, os dados sobre casos de violência de gênero na região de Nova Andradina eram limitados, refletindo a falta de uma coleta sistemática de informações sobre o problema. Isso dificultava a análise e a compreensão abrangente da extensão da violência de gênero na região.

Apesar desses desafios, a região não ficou parada diante da violência de gênero. Organizações como CRAS, Delegacias de Polícia Civil, CREAS, CEAM, DAM/DEAM, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, etc., grupos de profissionais comprometidos oferecem apoio às vítimas e promovem a conscientização sobre os direitos das mulheres. A criação das Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres, pela ONU Mulheres e em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, enfatiza:

As Diretrizes Nacionais visam colaborar para o aprimoramento da investigação policial, do processo judicial e do julgamento das mortes violentas de mulheres de modo a evidenciar as razões de gênero como causas dessas mortes. O objetivo é reconhecer que, em contextos e circunstâncias particulares, as desigualdades de poder estruturantes das relações de gênero contribuem para aumentar a vulnerabilidade e o risco que resultam nessas mortes e, a partir disso, aprimorar a resposta do Estado, em conformidade com as obrigações nacionais e internacionais assumidas pelo governo brasileiro. (Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres, 2016, p. 15).

A criação do Programa Mulher Segura em 2018 representou um passo significativo na abordagem da violência de gênero na região de Nova Andradina. Essa iniciativa coordenada trouxe uma série de ações, como o fortalecimento da rede de apoio, a promoção da denúncia, a capacitação de profissionais e a conscientização pública, com o objetivo de enfrentar o problema de forma mais eficaz.

A IMPLEMENTAÇÃO DO "PROMUSE" EM NOVA ANDRADINA

A violência contra a mulher é uma questão global que afeta milhões de vidas todos os anos, independentemente de cultura, sociedade ou localidade. O Brasil, como muitos outros países, enfrenta desafios significativos quando se trata de proteger as mulheres contra diferentes formas de violência.

Em resposta a essa preocupação, o Programa Mulher Segura (PROMUSE) foi implementado em muitos municípios, incluindo Nova Andradina, no estado do Mato

Grosso do Sul. Para Barros (2021, p. 15): “[...] a Polícia Militar, implantou o PROMUSE: Programa Mulher Segura, a Polícia Militar do estado de MS, através da Portaria PMMS nº 032/2018, realiza um trabalho junto às mulheres e às famílias vítimas de violência doméstica”. Este programa tem como objetivo principal criar um ambiente mais seguro para as mulheres, oferecendo apoio e serviços para combater a violência de gênero.

Diante de tais circunstâncias, os dados sobre a violência contra a mulher em Nova Andradina eram preocupantes. Relatos de casos de agressões domésticas, assédio sexual e até mesmo feminicídio eram relativamente frequentes. A falta de um programa específico para atender às necessidades das mulheres em situações de violência tornou-se ainda mais difícil para elas buscarem ajuda e proteção. Além disso, o sistema de justiça também apresentou desafios na garantia de que as vítimas recebam o apoio e a proteção necessária.

A falta de recursos, treinamento e conscientização sobre a importância de combater a violência de gênero, principalmente, contra as mulheres eram obstáculos significativos. O PROMUSE tem por objetivo oferecer assistência, apoio psicológico, orientação jurídica e treinamento para profissionais que lidam com casos de violência contra a mulher. Além disso, o programa busca criar um ambiente mais seguro e consciente sobre questões de gênero em Nova Andradina.

As mudanças promovidas pelo programa são significativas. Foram oferecidos centros de atendimento e apoio às mulheres vítimas de violência, onde elas poderiam procurar ajuda de forma segura e confidencial. Além disso, foram realizadas campanhas de conscientização nas escolas, locais de trabalho e comunidade em geral para educar as pessoas sobre a importância do respeito mútuo e da igualdade de gênero. O PROMUSE possui três eixos orientadores:

Ações e campanhas no âmbito da prevenção primária, em especial, ações educativas voltadas para prevenção à violência doméstica e familiar. Ações de prevenção secundária, com foco nas famílias em contexto de violência doméstica e familiar, por meio do policiamento ostensivo, fiscalizações das MPu e visitas solidárias. Articulação com os órgãos que compõe a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar, bem como entidades não-governamentais e sociedade civil. (PROMUSE, 2023).

Devemos ressaltar que profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, psicólogos e advogados, receberam treinamento específico para lidar com casos de violência contra as mulheres. Eles foram preparados para orientar as vítimas,

auxiliá-las na busca por medidas protetivas e encaminhá-las para os serviços de proteção.

O PROMUSE também trouxe mudanças significativas no sistema de justiça, promotores e juízes receberam capacitação para lidar com casos de violência contra a mulher de maneira mais eficaz, garantindo que as vítimas fossem ouvidas e que seus agressores fossem responsabilizados por seus atos. A campanha “Agosto Lilás” realizado pela Prefeitura de Nova Andradina em 2021, destaca as mudanças promovidas pelo PROMUSE:

O juiz de direito da comarca de Nova Andradina, Walter Arthur Alge Netto, informou que somente em 2020, cerca de 220 medidas protetivas de urgência foram solicitadas ao poder judiciário. Este ano, no primeiro semestre, já foram contabilizados 133 pedidos. A grande maioria é deferido. Isso significa que, se contar apenas os dias úteis do ano, a média é de 1 medida protetiva expedida por dia. Outro dado trazido em primeira mão pelo juiz é que em 90% dos casos de feminicídios, não houve solicitação de medida protetiva em momento anterior para a vítima. (SMPPM, 2021).

O PROMUSE em Nova Andradina teve um impacto positivo no combate à violência contra a mulher na cidade. Após a implementação do programa, houve uma série de mudanças notáveis nos indicadores de violência de gênero. O aumento das denúncias foi uma das mudanças mais significativas. As vítimas passaram a se sentir mais encorajadas a buscar ajuda e denunciar os agressores devido à presença dos centros de atendimento e à conscientização pública sobre a importância de combater a violência contra a mulher.

A conscientização sobre o combate à violência contra a mulher se tornou uma parte integrante da comunidade. Escolas, empresas e instituições públicas adotam programas de educação sobre igualdade de gênero e respeito mútuo, assim, contribuindo para a mudança de mentalidade e a prevenção da violência.

Podemos compreender que o PROMUSE em Nova Andradina trouxe resultados positivos na luta contra a violência de gênero. A cidade viu um aumento nas denúncias, uma redução nos casos de feminicídio e uma melhoria no apoio às vítimas. Além disso, houve uma mudança na mentalidade da comunidade em relação às questões de gênero, promovendo um ambiente mais seguro e respeitoso para as mulheres.

DESCRIÇÃO DETALHADA DO PROGRAMA “PROMUSE” EM NOVA ANDRADINA

O Programa Mulher Segura, também conhecido como PROMUSE, é uma iniciativa governamental brasileira criada com o objetivo de combater a violência contra as mulheres. De acordo com informações extraídas:

O PROMUSE foi reconhecido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2017, como uma das dez melhores práticas inovadoras no enfrentamento à violência contra a mulher no país e também foi um dos finalistas do Prêmio Inovare em 2018. (PROMUSE, 2023).

O programa também busca promover a conscientização da sociedade sobre questões de gênero. O PROMUSE estabelece centros de atendimento especializados para as vítimas de violência, onde elas podem buscar ajuda de forma confidencial e segura.

Esses centros são equipados com profissionais treinados que oferecem apoio emocional, orientação jurídica e auxílio na busca por medidas protetivas. De acordo com SMPPM (2021):

Todas as instituições parceiras usaram a palavra: Coordenadoria do Cram (Centro De Referência e Atendimento à Mulher); Procuradoria da Mulher do Legislativo; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Legislativo (Câmara Municipal); Defensoria Pública; Promotoria; Poder Judiciário; Delegacia Especializada De Atendimento À Mulher (Deam); Delegacia De Polícia Civil; 8º Batalhão De Polícia Militar De Nova Andradina/Promusse; Corpo De Bombeiros - 3º Subgrupamento de Bombeiros de Nova Andradina e Coordenadoria Geral de Comunicação (Cogecom). Na tônica central dos discursos, a importância de denunciar os agressores nos canais de denúncia: Ligue 180, 190 ou em caso de informação ou dúvidas, ligar para o Promuse (Programa Mulher Segura) da Polícia Militar 99262-3462. (SMPPM, 2021).

As medidas protetivas desenvolvidas pelo programa ajudam as vítimas a obterem medidas protetivas que as mantenham seguras em situações de risco. Isso pode incluir o afastamento do agressor, a autorização de contato ou a garantia de segurança policial. Esse suporte é essencial para ajudar as mulheres a se recuperarem e reconstruírem suas vidas.

A implementação do PROMUSE em Nova Andradina é um exemplo de como um programa bem estruturado e abrangente pode fazer a diferença na vida das mulheres em situações de violência. Através de uma combinação de atendimento especializado, conscientização pública, treinamento de profissionais e medidas protetivas, o programa oferece um caminho para uma sociedade mais justa e

igualitária, onde as mulheres podem viver livres de violência e com respeito aos seus direitos fundamentais.

Apesar dos avanços aprimorados pela implementação do PROMUSE em Nova Andradina, há desafios contínuos a serem enfrentados e oportunidades de aprimoramento no programa. Uma avaliação contínua é fundamental para garantir que o programa continue atendendo de maneira eficaz às necessidades das mulheres vítimas de violência na cidade. O SMPPM (2021) destaca:

Enaltecendo o trabalho realizado por todas as instituições parceiras, a secretária agradeceu a todos que atuam em defesa dos direitos da mulher. “A cada 6 horas 30 minutos, uma mulher é vítima de feminicídio no país. Então, hoje intensificamos a campanha contra a violência à mulher, um trabalho que é feito durante todo o ano. Agosto é um mês de alerta. Temos uma rede fortalecida, engajada e pronta para cuidar da mulher, fazer garantir os seus direitos. Mulher não se cale. Denuncie!” (SMPPM, 2021).

É importante continuar coletando e analisando dados sobre casos de violência contra a mulher em Nova Andradina. Isso permite uma avaliação mais precisa dos resultados do programa e identificação de áreas onde podem ser realizadas melhorias. Considerando que a violência contra a mulher pode assumir diversas formas, é importante que o programa continue a expandir seus serviços. Isso pode incluir o fortalecimento dos serviços de amparo a mulheres em situações de violência sexual, tráfico de pessoas e exploração.

O PROMUSE demonstra o que é possível alcançar quando a sociedade se une para proteger os direitos das mulheres e criar um mundo mais seguro e igualitário. Portanto, é essencial que o programa continue a evoluir e se adaptar às necessidades em constante mudança das vítimas. É responsabilidade de toda a sociedade, juntamente com as autoridades e organizações locais, trabalhar em conjunto para criar um ambiente onde as mulheres possam viver com segurança, igualdade e respeito.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS E COMUNITÁRIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PROMUSE EM NOVA ANDRADINA

A implementação bem-sucedida do PROMUSE em Nova Andradina depende, em grande parte, de parcerias institucionais e comunitárias que forneçam os recursos

necessários para atender às mulheres vítimas de violência e promover uma cultura de respeito e igualdade. Neste contexto, o programa precisa de parcerias institucionais e comunitárias envolvidas na implementação do PROMUSE em Nova Andradina e além de ter acesso aos recursos disponíveis para a plena execução do programa.

Para tanto, a Secretaria de Assistência Social é um dos principais parceiros institucionais do PROMUSE em Nova Andradina. Ela desempenha um papel fundamental na identificação de mulheres vítimas de violência, assim fornecendo serviços de assistência social, encaminhamento para atendimento médico e psicológico e auxiliando na solicitação de medidas protetivas. Sendo uma delas:

Policiais Militares devidamente capacitados realizam policiamento orientado com objetivo de promover o enfrentamento à violência doméstica contra mulheres, por meio de ações de prevenção, visitas técnicas, conversas com vítimas, familiares e até mesmo com os agressores, fazendo os encaminhamentos pertinentes aos órgãos da rede municipal de atendimento à mulher em situação de violência. (PROMUSE, 2023).

A Secretaria de Saúde é responsável por garantir que as mulheres vítimas de violência tenham acesso a atendimento médico adequado. Além disso, ela desempenha um papel importante na conscientização sobre a saúde das mulheres e na prevenção da violência.

Os órgãos de segurança pública, a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Guarda Municipal são parceiros importantes na implementação do PROMUSE. Eles desempenham um papel central na investigação de casos de violência contra a mulher, na proteção das vítimas e na aplicação da lei. O Poder Judiciário, incluindo o Ministério Público e o Poder Judiciário local, é responsável por garantir que as medidas protetivas sejam aplicadas e que os agressores sejam responsabilizados por seus atos.

Devemos destacar que “Em Nova Andradina, o PROMUSE encerrou o ano de 2018 com mais de 100 mulheres atendidas pela equipe técnica e equipes de Rádio Patrulha do 8º Batalhão de Polícia Militar”. (Jornal da Nova, 2019). A cooperação entre o sistema de justiça e o PROMUSE é essencial para a eficácia do programa. Os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher são parceiros importantes na promoção da igualdade de gênero e no acompanhamento da implementação do PROMUSE. Eles desempenham um papel consultivo e de monitoramento na formulação de políticas relacionadas às mulheres. Segundo o Jornal Nova (2019):

De acordo com o tenente-coronel Josafá Pereira Dominoni, desde a implantação em setembro de 2018, apenas um agressor descumpriu a Ordem Judicial de não se aproximar da vítima, e ainda foi preso em flagrante. “As vítimas recebem a visita constante dos nossos policiais que fiscalizam as medidas protetivas e com isso os agressores sabem que serão presos se apanhados descumprindo a decisão judicial. Somado a isso, o trabalho desenvolvido pela rede de apoio de Nova Andradina, as mulheres vítimas de violência doméstica se sentem mais acolhidas e protegidas e ainda com coragem de denunciar novos casos”, relata o coordenador estadual do Promuse. (Jornal da Nova, 2019).

As instituições religiosas também desempenham um papel no combate à violência contra as mulheres, muitas vezes fornecendo apoio espiritual e emocional às mulheres vítimas de violência. Algumas igrejas também estão envolvidas em campanhas de conscientização.

OS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O PROMUSE EM NOVA ANDRADINA

Para garantir o funcionamento eficaz do PROMUSE, o programa recebe financiamento do governo municipal, estadual e federal, que é alocado para a contratação de profissionais especializados, treinamento, conscientização e serviços diretos às vítimas. Além disso, muitas ONGs que apoiam o programa também buscam financiamento por meio de doações e parcerias com empresas.

Os centros de atendimento e abrigos temporários são partes essenciais da infraestrutura do PROMUSE. Eles oferecem um local seguro para as vítimas, onde elas podem receber apoio e assistência durante crises. O Jornal da Nova (2019):

Os números atestam o relato do comandante, já que entre janeiro e o início do programa em setembro, as equipes de Rádio Patrulha haviam feito atendimento de 53 chamadas de violência doméstica e de apenas de setembro a dezembro foram 41 chamadas. Mas o número de casos em Nova Andradina é maior, pois muitas vítimas vão diretamente à DAM (Delegacia de Atendimento à Mulher) para registro. (Jornal da Nova, 2019).

Outros recursos como panfletos, cartazes, vídeos e materiais educativos são usados para conscientizar a comunidade sobre a violência contra as mulheres e os serviços disponíveis. Esses materiais desempenham um papel importante na disseminação de informações.

O trabalho voluntário é uma fonte valiosa de recursos para o PROMUSE. Os voluntários podem auxiliar na conscientização, fornecendo apoio emocional às vítimas

e participando de campanhas e eventos relacionados ao programa. A cooperação entre diferentes níveis de governo, incluindo municipal, estadual e federal, garante a alocação de recursos e apoio financeiro ao programa. Além disso, a articulação entre diferentes órgãos do governo é essencial para a eficácia do PROMUSE. Segundo o Jornal da Nova (2019):

O programa em Nova Andradina tem hoje mais de 60 medidas protetivas em vigor sob fiscalização e acompanhamento e ainda faz o atendimento humanizado e orientação quanto aos direitos legais quando da ocorrência da violência doméstica. Foram ainda realizadas 42 visitas técnicas e 297 fiscalizações. A equipe técnica também ações educativas junto à rede de saúde municipal e a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. (Jornal da Nova, 2019).

Apesar dos recursos disponíveis e das parcerias institucionais e comunitárias, a implementação do PROMUSE em Nova Andradina enfrenta desafios importantes. Alguns dos principais desafios incluem o medo de denunciar o agressor, os recursos limitados, o enfrentamento da violência na internet, a violência contra a mulher online também é uma preocupação crescente.

O PROMUSE precisa lidar com novos desafios relacionados ao cyberbullying, assédio online e disseminação de conteúdo prejudicial às vítimas. Apesar dos resultados positivos alcançados pelo PROMUSE em Nova Andradina, os desafios persistentes precisam ser enfrentados. A resistência cultural, a necessidade de educação contínua e o acesso limitado a recursos continuam sendo obstáculos a serem superados. A mudança cultural leva tempo, e é um processo que requer perseverança e compromisso contínuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios e perspectivas futuras acerca da conscientização sobre a violência contra as mulheres. Apesar dos avanços na historiografia e da crescente conscientização sobre a violência contra as mulheres, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados.

Alguns desses desafios incluem a escassez de fontes históricas que registram a vida das mulheres, pois muitas vezes, as vozes das mulheres foram silenciadas ao longo da história, e as fontes disponíveis tendem a ser escritas por homens e direcionadas em suas experiências. Nessa perspectiva, Estacheski (2019) afirma:

A violência doméstica se configura em um conjunto de ações que fragilizam a pessoa, agressões verbais, pressões psicológicas, humilhações, submissões, violência física. Por vezes uma forma de violência se sobrepõe às outras, mas todas fazem sofrer e se não há nada ou ninguém em quem se apoiar fica muito difícil vislumbrar um futuro diferente e menos hostil. (Estacheski, 2019, p. 98).

Cabe ressaltar que superar tais limitações requer esforços contínuos para recuperar e valorizar as histórias das mulheres em todas as esferas da sociedade. O desafio da interseccionalidade, ou seja, uma abordagem interseccional, que considera as múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam com base em sua raça, classe, orientação sexual e outras identidades, precisa ser abordada na historiografia. Isso envolve considerar experiências únicas de mulheres negras, indígenas, LGBTQ+ e de outras minorias, que muitas vezes enfrentam formas específicas de violência e discriminação.

Embora tenham ocorrido avanços na legislação e na conscientização pública, a violência contra as mulheres persiste no Brasil. Sendo assim, a continuidade da violência é outro desafio identificado para a historiografia que deve continuar a investigar as raízes históricas dessas formas de violência, bem como as razões para sua persistência, para que as ações de prevenção e combate sejam eficazes. De acordo com Pedro e Grossi (1998) afirma:

É considerado violência contra mulher toda e qualquer ato agressivo que possa ser aferido num boletim do instituto médico legal ou seja, assassinatos, lesões corporais fruto de espancamento, estupro, etc. Violências emocionais e psicológicas reconhecidas [...] (Pedro; Grossi, 1998, p. 296).

A educação é uma ferramenta fundamental na luta contra a violência de gênero. A historiografia pode desempenhar um papel importante na sensibilização do público, fornecendo informações históricas que ajudam a contextualizar os problemas contemporâneos.

Os impactos do PROMUSE evidenciam-se não na redução do número de casos registrados, mas na identificação de tendências, na avaliação da eficácia das medidas protetivas e na melhoria da qualidade dos serviços de assistência. No entanto, o recolhimento de dados e a avaliação do apoio às vítimas enfrentam desafios, como a subnotificação, as dificuldades de acesso, o estigma e a falta de recursos. Sendo assim, é preciso manter a conscientização pública em alta e ampliar o acesso a

recursos, como materiais educativos e serviços de apoio. A cooperação entre diferentes setores da sociedade, incluindo o governo, organizações da sociedade civil, escolas e instituições religiosas, é fundamental.

Conforme foi abordado nesta pesquisa, o impacto do PROMUSE em Nova Andradina indica que o programa tem sido eficaz na promoção da conscientização pública sobre a violência contra a mulher. No entanto, é fundamental considerar que a luta contra a violência da mulher é contínua.

A conscientização pública, a coleta de dados e o apoio às vítimas são processos dinâmicos e, portanto, sua implementação bem-sucedida em Nova Andradina serve como modelo para outras comunidades que buscam enfrentar a violência contra a mulher. O compromisso de todos os envolvidos, é uma chave para um futuro onde a igualdade de gênero seja uma realidade para todas as mulheres e superar esses desafios exige um compromisso contínuo por parte do programa, da comunidade e das instituições.

Somente com exercícios conjuntos, é possível criar um ambiente onde as mulheres vítimas de violência possam receber o apoio do que relatamos e onde a violência seja combatida de forma eficaz. O PROMUSE em Nova Andradina é um exemplo do que pode ser alcançado quando se trabalha em direção a uma sociedade mais segura, igualitária e justa para todas as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTO LILÁS: Nova Andradina dá início às ações dos 15 anos da lei Maria da Penha. A Secretaria Executiva de Políticas Públicas para a Mulher (SMPPM) Prefeitura de Nova Andradina. 2021. Disponível em:

<https://www.pmna.ms.gov.br/noticias/cidadania-e-assistencia-social/agosto-lilas-nova-andradina-da-inicio-as-comemoracoes-dos-15-anos-da-lei-maria-da-penha>

BARROS, Aldierica Pissoli Menezes. **Gênero e violência contra a mulher: as políticas públicas de enfrentamento no Mato Grosso do Sul (2015-2020)** (TCC) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Paranaíba-MS, 2021.

CAMPOS, Carmen Hein de. **“Violência doméstica e direito penal crítico”** in JONAS, Eline. *Violências Esculpidas*. Goiânia: Editora da UCG, 2007, 146.

COUTO, Maria Claudia Giroto do. **Lei Maria da Penha e princípio da subsidiariedade: diálogo entre um direito penal mínimo e as demandas de proteção contra a violência de gênero no Brasil**. (Dissertação) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das Mulheres no Brasil**. Editora: Contexto, 7ªed. São Paulo. 2004.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. **Morrer para não sofrer: questões de gênero e suicídios em Castro/PR (1890-1940)** (Dissertação) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2019.

JORNAL DA NOVA. Disponível em: [PM de Nova Andradina realiza mais de 100 atendimentos no Promuse em 2018 - Jornal da Nova](#). Acesso em: 31/10/2023.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. **Masculino, Feminino, Plural, Gênero na Interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres. 1998 :

PROMUSE - Programa Mulher Segura. Disponível: <https://www.naosecale.ms.gov.br/promuse> Acesso em 27 set. 2023.

_____. Polícia Militar - MS. PROMUSE – Programa Mulher Segura MS, palestra realizada pela Polícia Militar do Mato Grosso do Sul. 2023. Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/PROMUSE-FOLDER.pdf>

SAFFIOTI, Heleieth I. B. “**Já se mete a colher em briga de marido e mulher**”. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, dezembro de 1999.

SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES (SPPM) Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/agosto-lilas> acesso em 27 set. 2023.

VARGAS, Marcia de; WAMBIER, Sandro Marlus. **A história das mulheres negras no brasil: no enfrentamento da discriminação e violência**. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Artigos. 2016. v.01. Paraná- Governo do Estado. 2016.

VIEIRA, Rosângela de Lima (org.). **Ecos da Ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)** Marília: Oficina Universitária: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. 278p.